

## Defensoria Pública inaugura Centro de Conciliação e Mediação Familiar em Montes Claros

*Iniciativa, que integra a execução do Planejamento Estratégico, marca a instalação do quarto centro de mediação da DPMG*



No mês de fevereiro, 45% das cerca de 1.900 pessoas que passaram pela Unidade da DPMG em Montes Claros buscavam atendimento para questões afetas ao direito de família. A informação foi fornecida pelo coordenador da Regional Norte da DPMG e idealizador do Centro, Cláudio Fabiano Pimenta, que ressaltou que a criação do mesmo foi “resultado de uma ação coordenada de pessoas entusiastas, buscando oferecer a melhor prestação jurídica para o nosso assistido”.

PÁGINA 12

## DPMG recebe resultados de DNA realizados no mutirão Direito a Ter Pai

PÁGINA 3

## Implantação do Planejamento Estratégico: reuniões com as unidades de até seis defensores públicos em atuação

PÁGINAS 4-6

## SITUAÇÕES DE CRISE: BARRAGENS

### DPMG participa de negociações para providências emergenciais em Brumadinho e amplia atendimento local

Representantes da Defensoria Pública do Estado participaram de audiências judiciais que discutiram acordo conjunto entre instituições sobre medidas emergenciais à população afetada pelo rompimento de barragem da Mina Córrego do Feijão.

Núcleo específico da DPMG também está atuando na interlocução entre a Mineradora Vale e a comissão de afetados de Macacos por alerta de risco de rompimento de barragem.

PÁGINAS 17-25

## AINDA NESTA EDIÇÃO

- |                                |                      |                            |                      |
|--------------------------------|----------------------|----------------------------|----------------------|
| > <u>Agenda externa do DPG</u> | <u>PÁGINAS 7-9</u>   | > <u>Ações em destaque</u> | <u>PÁGINAS 26-29</u> |
| > <u>Escola Superior</u>       | <u>PÁGINAS 13</u>    | > <u>Homenagens</u>        | <u>PÁGINA 30</u>     |
| > <u>Palestras</u>             | <u>PÁGINAS 14-16</u> | > <u>DPMG participa</u>    | <u>PÁGINA 31-34</u>  |



## EDITORIAL

Em mais um investimento em métodos consensuais de solução de conflitos, inauguramos, no dia 12 de março, o Centro de Conciliação e Mediação Familiar da Defensoria Pública de Minas Gerais em Montes Claros.

A iniciativa, que integra as ações de execução do Planejamento Estratégico 2018/2023 da DPMG e atende à necessidade de adequação às modificações legais – que incentivam a autocomposição e previsão de atuação prioritária no extrajudicial, marca a instalação do quarto centro de mediação da Instituição. E já estamos trabalhando para promover a inauguração de mais dois. Em paralelo, nossa Escola Superior está promovendo capacitação na área voltada para defensores públicos e servidores de todo o estado.

Gradualmente e em passos constantes, a Defensoria mineira tem se dedicado a ampliar sua atuação em mediação e conciliação, resultando em efetividade e celeridade no atendimento às demandas da população, economia para os cofres públicos e colaborando para desafogar o Judiciário, com vistas a alcançar a pacificação social.

A questão das barragens no nosso estado também tem sido foco constante da atenção da Defensoria Pública de Minas. De forma contínua e estratégica, nossa Instituição tem atuado em defesa da população atingida. Contribuímos nas negociações com a empresa Vale nas audiências na 6ª Vara da Fazenda Pública da Justiça Estadual, realizadas em 06, 14 e 20 de fevereiro e 07 de março. Expressiva também nossa atuação em relação às doações da Mineradora, garantindo que, no futuro, não possam ser compensadas com eventuais indenizações e obrigações impostas. Outro ponto importante foi a instalação da Defensoria Itinerante nas proximidades do fórum de Brumadinho para atendimento permanente dos cidadãos, até estruturação da sede da Instituição na cidade. Da mesma forma, são destaques as demais atuações, como participação em várias audiências, oitivas de pessoas afetadas, interlocução com a Mineradora, entre outros.

Além disso, a Defensoria-Geral e defensores públicos estão atuando em defesa das pessoas afetadas pela retirada das áreas de autossalvamento da barragem da Mina Mar Azul, em Macacos, distrito de Nova Lima. Um dos resultados expressivos já alcançado foi o bloqueio de R\$ 1 bilhão da Mineradora Vale determinado pela Justiça, no último dia 15, para garantir o eventual ressarcimento dos prejuízos decorrentes da evacuação dos moradores. O pedido foi feito pela Defensoria de Minas Gerais em conjunto com o Ministério Público Estadual.

Esta edição do *Boletim* traz ainda o registro das atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher e atuações voltadas para enfrentamento à violência de gênero; reuniões para implantação do nosso Planejamento Estratégico; além das preparações para o Casamento Comunitário deste ano, que serão realizadas em Belo Horizonte, Sete Lagoas, Guanhães, Ubá, Pedro Leopoldo e Ponte Nova.

Acompanhe, ainda, matérias sobre atuações de defensores públicos, homenagens recebidas, participações em eventos, vistas ao Gabinete e reuniões interinstitucionais.

**Gério Patrocínio Soares**  
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

# DPMG recebe resultados de DNA realizados no mutirão Direito a Ter Pai

Em cerimônia realizada na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) no dia 08 de fevereiro, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), na pessoa do juiz auxiliar da presidência Luis Carlos Resende dos Santos, entregou simbolicamente ao defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, os resultados dos exames de DNA realizados em 2018, no mutirão Direito a Ter Pai.

A sexta edição do mutirão ofereceu 1.150 exames de DNA, além de reconhecimentos espontâneos e socioafetivos, que foi a grande novidade deste ano.

Ter pai é muito mais do que um fator biológico, é a construção de um papel social, como afirmou Gério Patrocínio em sua fala de abertura: “A palavra de hoje é

gratidão. Gratidão pela parceria. Gratidão pela realização. Somos gratos por reconstruir laços tão importantes para a vida.”

O juiz de Direito Luis Carlos Resende dos Santos, que representou o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Nelson Missias de Moraes, agradeceu a oportunidade e se comoveu ao lembrar que a sensibilidade de pessoas e instituições fazem a diferença na vida de quem precisa, “dando voz àqueles que não a possuem”. O juiz espera “que os resultados sejam um ato de amor e libertem as pessoas da angústia”.

[Leia matéria na íntegra](#)



O juiz Luis Carlos Resende fez a entrega simbólica dos resultados de DNA ao defensor público-geral, Gério Patrocínio



O defensor público-geral, Gério Patrocínio, declarou-se grato pela parceria e satisfeito por poder “proporcionar aos assistidos o reconhecimento de suas origens”.



O juiz Luiz Carlos representou o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias



A juíza de Direito da Vara de Registros Públicos e do Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), Maria Luiza de Andrade Pires, relatou ter tido uma experiência rica e emocionante na edição de 2018 do mutirão



A coordenadora regional de Famílias e Secções da Capital, Caroline Loureiro Goulart Teixeira, que organizou o mutirão em parceria com a Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), acredita que o Direito a Ter Pai garante o direito dos assistidos



Compuseram o dispositivo (a partir da esq.): o secretário do Conselho Superior, defensor público Galeno Galeno Gomes; a coordenadora regional de Famílias e Secções da Capital, Caroline Loureiro; o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; a juíza da vara de Registros Públicos, Maria Luiza de Andrade; a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce; o juiz de Direito, Luis Carlos Resende; e o diretor-presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso

## Defensoria-Geral realiza novas reuniões para implantação do Planejamento Estratégico

*Em continuidade às reuniões de execução do Planejamento Estratégico, no dia 08 de fevereiro, a Defensoria Pública-Geral realizou encontro com os coordenadores Locais das unidades da DPMG que possuem de quatro a seis defensores públicos em atuação. Novos encontros nos dias 15, 18 e 22 de fevereiro reuniram aqueles de dois a três órgãos de execução e os defensores públicos que atuam em Defensorias que contam com um órgão de execução.*

No dia 08 de fevereiro, os trabalhos foram abertos pelo defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, que ressaltou a importância do Plano para a Instituição e os primeiros resultados já visíveis para a população. Citou como um dos exemplos a agilidade e efetividade da atuação do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise e dos demais defensores públicos que estão envolvidos no atendimento e defesa dos atingidos pelo rompimento de barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

O DPG salientou que a execução do Planejamento Estratégico é um processo dinâmico e que exigirá “recalcular a rota”, conforme o cenário.

A importância da reunião e do alinhamento de informações também foi ressaltada pela subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, que destacou que “o êxito da execução do nosso Planejamento Estratégico perpassa pelo engajamento de todos os defensores públicos, servidores e atores envolvidos”.

A subdefensora-geral informou que tão logo o Plano Geral de Atuação (PGA) 2019-2020 da DPMG seja aprovado pelo Conselho Superior, será iniciada uma consulta aos defensores públicos acerca das sugestões para a próxima proposta orçamentária. Luciana Leão Lara Luce explicou que, no ano passado, foi possível executar várias sugestões ainda em 2018, e conclamou os colegas a participarem, enviando sugestões, para que possam ser executadas ainda este ano.

Na sequência, a reunião foi conduzida pelas assessoras do Gabinete que estão à frente da execução do Plano – Marina Lage Pessoa da Costa (assessora de Administração Estratégica e Inovação), Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias) e Emília Castilho (assessora Institucional).

Marina Lage Pessoa da Costa forneceu um panorama do Planejamento Estratégico, passando pelo diagnóstico elaborado pela Fundação João Pinheiro; e explanou sobre os 30 projetos indicados e sobre os dez desafios apontados para os próximos anos.

Michelle Glaeser fez uma breve apresentação da Coordenadoria de Projetos e suas funções, enfatizando que os defensores públicos devem informar sobre a criação de projetos, para que os mesmos sejam institucionalizados e a Coordenação possa oferecer suporte para sua execução.

O diretor de Tecnologia e Desenvolvimento, Vitor Neves, apresentou e forneceu explicações sobre ferramentas digitais para o atendimento do assistido, como agendamento on-line e protocolos de atendimento, entre outras.

O diretor de Patrimônio e Almoxarifado, Diego Ferreira Araújo, juntamente com o servidor Renato França, prestou informações de competência do setor, tais como material de consumo e permanente, inventário, responsabilidade patrimonial e logística reversa.

*continua >>*



DPG Gério Patrocínio: participação e envolvimento dos membros da Casa são essenciais para o alinhamento do Planejamento Estratégico

## REUNIÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Marina Lage Pessoa da Costa, assessora de Administração Estratégica e Inovação, forneceu um panorama do Planejamento Estratégico

### Novos encontros para alinhamento do Planejamento Estratégico

Nos dias 15, 18 e 22 de fevereiro, os coordenadores locais das Defensorias que possuem de dois a três órgãos de execução e os defensores públicos que atuam em Defensorias que contam com um órgão de execução participaram de reunião para execução do Planejamento Estratégico da Defensoria Pública de Minas Gerais.

No total, a Defensoria-Geral realizou seis encontros com essa finalidade, contemplando todas as Especializadas da Capital e Defensorias do interior, além do Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores.

As reuniões dos dias 15 e 22 contou com a presença do diretor-presidente da Associação das Defensoras e

Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso. Participaram dos três últimos encontros, além do DPG, a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, as assessoras que estão à frente da execução do Planejamento Estratégico – Marina Lage Pessoa da Costa e Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; a assessora de Planejamento e Infraestrutura, Giza Magalhães Gaudereto; e o diretor de Tecnologia e Desenvolvimento, Vitor Neves.

[Leia matéria na íntegra](#)



Defensores públicos presentes no encontro do dia 15 para alinhamento do Planejamento Estratégico

## REUNIÕES PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



*A reunião do dia 18 contou com a participação de defensores públicos em atuação em Defensorias que têm um órgão de execução*



*Defensores públicos no encontro do dia 22 de fevereiro*



### **Servidores do Atendimento**

Com o objetivo de passar instruções relativas à execução do Planejamento Estratégico, foi realizada, no dia 08 de março, reunião com servidores do Setor de Atendimento de Belo Horizonte. Participaram, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; assessoras do Gabinete que estão à frente da execução do Plano – Marina Lage Pessoa da Costa (assessora de Administração Estratégica e Inovação) e Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (coordenadora da CooproC); e a coordenadora do Atendimento da Capital, Sílvia Leonel Ferreira.



## AGENDA EXTERNA DO DPG

### Visita ao secretário de Estado de Fazenda

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi recebido, no dia 5 de fevereiro, pelo secretário de Estado de Fazenda, Gustavo de Oliveira Barbosa.

No encontro, que aconteceu na Cidade Administrativa, o DPG apresentou a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) ao secretário, focando na atuação extrajudicial e nos projetos desenvolvidos pela Instituição.

Também estiveram presentes a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, e o assessor de Planejamento de Infraestrutura da DPMG, Nikolas Stefany Macedo Katopodis.

*Da esquerda para a direita: o defensor público-geral, Gério Patrocínio; a subdefensora pública-geral, Luciana Leão; o secretário de Fazenda Gustavo de Oliveira; e o assessor Nikolas Katopodis*



### Secretário-geral do Governo do Estado



*Coordenadora regional de Famílias e Sucessões da Capital, Caroline Loureiro Goulart Teixeira; assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa da Costa; secretário Igor Mascarenhas Eto; defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; e coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser*

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, realizou, no dia 15 de fevereiro, visita ao secretário Igor Mascarenhas Eto, que responde pela Secretaria-Geral de Governo de Minas Gerais.

O encontro tratou de assuntos de interesse institucional, como pedido de apoio para a realização do Casamento Comunitário deste ano, uma iniciativa da Defensoria Pública Minas Gerais realizada anualmente; além de apresentação dos projetos extrajudiciais desenvolvidos pela Instituição. Foram pontuadas, ainda, algumas questões sobre a atuação da DPMG em Brumadinho decorrente do rompimento das barragens, como a importância do diálogo com a população para aprimorar o trabalho e garantir um suporte efetivo aos atingidos e moradores.

### Cerimônia de posse da diretoria da Anadep

O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na cerimônia de posse da nova diretoria da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (Anadep), realizada no dia 13 de fevereiro, em Brasília. O DPG estava acompanhado pelo assessor Jurídico-Institucional, Cláudio Miranda Pagano.

O defensor público do Estado do Espírito Santo, Pedro Paulo Coelho, assumiu a direção da associação no lugar do defensor público de São Paulo, Antonio Maffezoli, que conduziu a Entidade durante dois anos (2017/2019).

A solenidade empossou também três vice-presidentes, entre eles, Flávio Wandeck (administrativo, de Minas Gerais), além dos demais integrantes dos conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal para o biênio 2019/2021.



*Assessor Cláudio Miranda Pagano; defensor-geral de MG, Gério Patrocínio Soares; novo presidente da Anadep, Pedro Paulo Coelho; e o defensor de Minas Gerais Flávio Wandeck, que tomou posse como vice-presidente*

## Posse da direção do Tribunal de Contas do Estado

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na solenidade de posse dos novos dirigentes do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) eleitos para o biênio 2019-2020. A cerimônia aconteceu no dia 18 de fevereiro.

O conselheiro Mauri Torres tomou posse como presidente, cargo ocupado anteriormente pelo conselheiro Cláudio Terrão. Foram empossados também os conselheiros José Alves Viana, como vice-presidente, e Gilberto Pinto Monteiro Diniz, no cargo de corregedor.

A solenidade contou com a presença de diversas autoridades, entre elas, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e o vice, Paulo Brant.



Vice-governador Paulo Brant; defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; governador Romeu Zema; e o presidente do TCEMG, conselheiro Mauri Torres



Mesa solene: defensor-geral, Gério Patrocínio Soares (3ª posição, à esquerda)

## Defensor público-geral visita presidente do Servas

O defensor público-geral do estado, Gério Patrocínio Soares, foi recebido, no dia 13 de março, pela presidente do Serviço Social Autônomo (Servas), Aléxia Paiva.

No encontro, o DPG apresentou a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), focando nos projetos desenvolvidos pela Instituição e em sua atuação extrajudicial. Um dos principais pontos tratados foi o Casamento Comunitário, projeto que contará com a parceria do Servas.

Também estiveram presentes na reunião a chefe de Gabinete, Raquel Gomes; a assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa de Costa; o assessor militar da DPMG, ten. cel. Antoniezio Alves de Sousa; o diretor de investimento social do Servas, Rodrigo Fernandes; e Raul Paixão.



Da esquerda para a direita: Raul Paixão; a assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa de Costa; a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a presidente do Servas, Aléxia Paiva; o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares; diretor de investimento social, Rodrigo Fernandes; e o assessor militar da DPMG ten. cel. Antoniezio Alves de Sousa.

## Defensor-geral de Minas na XXV sessão ordinária do Condege

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Instituição na XXV sessão ordinária do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais (Condege), realizada no dia 25 de fevereiro, na sede da Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF).

Algumas matérias foram destacadas para posterior debate e aprimoramento, como a desconstitucionalização da matéria previdenciária. Segundo a ata da reunião, a subtração das regras previdenciárias da Constituição Federal, com a previsão de que passarão a ser disciplinadas por Lei Complementar, permite que sucessivas reformas sejam aprovadas nos próximos anos, retirando a segurança jurídica dos Regimes de Previdência e colo-

cando o cidadão em situação de completa vulnerabilidade em face do Estado.

Outro ponto de discussão foi o Projeto de Lei n. 11.262/2018, em tramitação no Congresso Nacional, que acrescenta o §12 ao artigo 4º da Lei Complementar nº 80/1994 e regulamenta o conceito de pessoa necessitada ou hipossuficiente.

Além de Minas Gerais, participaram da reunião representantes das seguintes unidades da Federação: Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Goiás, Amapá, Espírito Santo, Acre, Rio de Janeiro, Tocantins, Sergipe, Santa Catarina, Maranhão, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Paraíba.

*Com informações do Condege*



### NOTÍCIA EXTERNA

## Defensores públicos e CNJ assinam termo de cooperação para controlar superlotação prisional

No dia 12 de março, a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), o Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinaram termo de cooperação técnica para colocar em prática ações com o objetivo de reduzir a superlotação prisional e garantir os direitos das pessoas privadas de liberdade.

A partir do documento, que apresenta as medidas a serem implementadas, um plano de trabalho será elaborado no prazo de 60 dias com os detalhes das etapas e dos procedimentos que serão adotados.

A união de esforços entre as entidades prevê a realização de mutirões carcerários para verificação de direitos concedidos a pessoas privadas de liberdade, principalmente nos processos que tramitam em meio eletrônico, além de inspeção de unidades prisionais.

Entre as iniciativas a serem implementadas está o programa “Defensoria sem Fronteiras”, que permitirá, entre outras ações, o envio de defensores públicos para o atendimento a demandas emergenciais relativas a detentos.

Ainda, o CNJ, Condege e Anadep trabalharão juntos para aperfeiçoar as audiências de custódia como instrumento de controle efetivo da entrada no sistema prisional. Com isso, espera-se evitar prisões desnecessárias, contribuindo para reduzir ou conter a atual superlotação nas unidades de custódia.

A iniciativa pretende lidar com a dimensão da população carcerária, que atinge hoje no Brasil, o terceiro maior contingente prisional do planeta.

[Acesse aqui o termo de cooperação](#)



## VISITAS AO GABINETE

### Representantes da Polícia Militar de Minas Gerais

No dia 6 de fevereiro, o defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, e a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, receberam uma visita de cortesia do chefe da Assessoria de Relações Institucionais (Arins) da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), coronel Daniel Garcia Alves.

O oficial estava acompanhado pelo tenente-coronel Antoniezio Alves de Sousa que, a partir desta semana, assumiu o posto de assessor militar da DPMG, antes ocupado pelo tenente-coronel Westerson Guimarães Pinto.

Também estavam presentes a chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a assessora de Administração Estratégica e Inovação, Marina Lage Pessoa da Costa; e o ten.-cel. Westerson Guimarães Pinto.



*Tenente-coronel Westerson Guimarães Pinto; coronel Daniel Garcia Alves; assessora Marina Lage Pessoa da Costa; defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce; e tenente-coronel Antoniezio Alves de Sousa*

### Assessor parlamentar



No dia 20 de fevereiro, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, recebeu uma visita de cortesia de Wellington Lemos (*na foto, primeiro à direita*), assessor parlamentar do deputado estadual Rafael Martins e do vereador de Belo Horizonte Carlos Henrique.

O encontro aconteceu na Defensoria Pública-Geral e contou com a participação do assessor Institucional da DPMG João Paulo Torres Dias (*na foto, 1º à esquerda*).

## DPMG informa mudança e atendimento de urgências em algumas áreas em Belo Horizonte

O atendimento da DPMG na Unidade II de Belo Horizonte, localizada na Rua Bernardo Guimarães, nº 2.731, Bairro Santo Agostinho, a partir de 20/03/2019 passará a ser realizado na Unidade III, na Araguari, nº 210, Barro Preto.

Em função da mudança, no período entre os dias 07 e 19/03/2019, a Defensoria Pública está atendendo casos de urgências e prazos judiciais em curso nas seguintes áreas: **Cível da Capital / SAP Cível, Defen-**

**sorias Especializadas de Infância e Juventude – Cível (DEINJ-Cível), na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência (Nudem) e de Segunda Instância e Tribunais Superiores (Desits) – Cível e Criminal.**

[Clique aqui para saber mais](#)

#### UNIDADE III

Rua Araguari, nº 210, Barro Preto, BH, MG. 30190-111

## Parceria para a próxima edição do casamento comunitário

*A próxima edição do Casamento Comunitário, uma das principais iniciativas extrajudiciais da Defensoria Pública de Minas Gerais, foi tema de reuniões realizadas na Corregedoria Geral de Justiça.*

No primeiro encontro, realizado no dia 5 de fevereiro com o corregedor-geral de Justiça, o desembargador José Geraldo Saldanha da Fonseca, a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, e a coordenadora regional de Famílias e Sucessões da Capital, Caroline Loureiro Goulart Teixeira, representaram a Defensoria Pública-Geral, e contou com a participação dos juizes auxiliares Aldina de Carvalho Soares, João Luís Nascimento e Paulo Roberto Maia Alves.



Casamento Comunitário foi pauta de reuniões entre a Defensoria Pública do Estado e a Corregedoria Geral de Justiça

No dia 11 de fevereiro, participaram da reunião, além das defensoras públicas Michelle Glaeser e Caroline Loureiro, os juizes auxiliares da Corregedoria Geral de Justiça Aldina de Carvalho Soares, João Luís Nascimento e Paulo Roberto Maia Alves; e representantes do Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais (Recivil) e da Comissão Gestora dos Recursos para a Compensação da Gratuidade do Registro Civil no Estado de Minas Gerais (Recomep), que confirmaram apoio ao evento.



## Inscrições abertas para casamento comunitário em BH e em mais 5 cidades

No mês das noivas, 500 casais terão a oportunidade de formalizarem sua união durante o Casamento Comunitário que será promovido no dia 24 de maio, em Belo Horizonte. O evento é voltado para casais residentes na capital e que não têm condições de arcar com as taxas devidas aos cartórios.

As pessoas que desejarem realizar o sonho de se casarem, mesmo aquelas que já vivem em união estável, deverão fazer o cadastro até o dia 12 de abril, na sede da DPMG na Capital, na Rua dos Guajajaras, nº 1.707, Barro Preto, de segunda à sexta-feira, de 12 às 17 horas.

[Saiba mais sobre o casamento em BH](#)

Neste ano, a iniciativa será realizada também em Sete Lagoas, Ubá, Guanhães, Pedro Leopoldo e Ponte Nova:

### NA MÍDIA

Para falar sobre as inscrições para o Casamento Comunitário e os documentos necessários, além de outras informações relacionadas ao evento, a defensora pública Michelle Glaeser participou do telejornal “Bom Dia Minas”, da Rede Globo, no dia 07 de março.



[Assista aqui reportagem](#)

### CASAMENTO COMUNITÁRIO 2019

### INSCRIÇÕES ABERTAS E LIMITADAS

<b>SETE LAGOAS</b>	<b>GUANHÃES</b>	<b>UBÁ</b>
De 01 de março a 01 de abril Cerimônia: 31 de maio	De 11 de março a 15 de abril Cerimônia: 30 de maio	De 11 março a 15 de março Cerimônia: 03 de agosto
<b>PEDRO LEOPOLDO</b>	<b>PONTE NOVA</b>	Realização:  Defensoria Pública de Minas Gerais
De 18 de março a 30 de abril Cerimônia: 29 de julho	De 18 de março a 20 de maio Cerimônia: 29 de junho	<b>Saiba mais</b>

CONTINUAÇÃO DA CAPA

## Centro de Conciliação e Mediação Familiar em Montes Claros

Em continuidade às ações do Planejamento Estratégico, por meio da Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), a Defensoria Pública de Minas Gerais inaugurou o Centro de Conciliação e Mediação Familiar em Montes Claros. A solenidade aconteceu no dia 12 de março, com a presença de diversas autoridades. O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pela coordenadora da CooProC, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser. Presente também o assessor Institucional, João Paulo Torres Dias.

Segundo o coordenador da Regional Norte da DPMG e idealizador do Centro, Cláudio Fabiano Pimenta, o Centro de Conciliação e Mediação Familiar propiciará, de imediato, a realização de 12 sessões semanais para novos casos e mais 12 sessões semanais de reagendamento, para casos em andamento, com a possibilidade de ampliação desses números.

Compuseram a mesa de honra: presidente da 11ª subseção da OAB/MG, André Crisóstomo; delegado de Polícia Civil, chefe do 11º departamento de Polícia Civil, Jurandir Rodrigues César Filho; assessor Institucional, João Paulo Torres Dias; representando a Defensoria Pública da União, Rodrigo Braz; coordenador da Regional Norte, Cláudio Fabiano Pimenta; coordenadora de Projetos, Convênios



Composição da mesa de honra

e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas; coordenadora Local em Montes Claros, Camila Umpierre; juiz de Direito e coordenador adjunto do Cejusc, Vitor Luis de Almeida; promotor de Justiça, Fernando Torres; defensora pública Maurina Fonseca, representando a Adep-MG; comandante do 50º Batalhão de Polícia Militar, ten. cel. Gildásio Rômulo Gonçalves; e a representante do chefe da Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, Heloísa Menezes.

Além de Belo Horizonte e, agora, Montes Claros, contam também com centros de mediação e conciliação familiar, as unidades da Instituição em Sete Lagoas e Betim. A inauguração do centro em Montes Claros reafirma o compromisso da DPMG com a expansão das ações extrajudiciais, destacando a importância do defensor público como protagonista do processo de transformação social.

### [Leia matéria na íntegra](#)



Coordenador da Regional Norte, Cláudio Fabiano Pimenta



Coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas, destacou os investimentos da DPMG voltados para a área: "Nosso objetivo é expandir o centro de mediação para todo o estado"



A defensora pública Maurina Fonseca falou em nome dos defensores da comarca: o centro terá o papel importante de promover o fortalecimento dos laços afetivos



Coordenadora Local em Montes Claros, Camila Umpierre: "os conflitos de família não nascem como jurídicos; entretanto, podem se tornar jurídicos diante da falta de espaço para a mediação"

### NA MÍDIA

Confira as reportagens sobre a inauguração.

[Inter TV Grande Minas](#)

[O Norte](#)



## ESCOLA SUPERIOR

# Defensoria Pública de MG inicia aulas teóricas de curso de mediação de conflitos

Começou, no dia 22 de fevereiro, mais uma capacitação em mediação de conflitos promovida pela Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Escola Superior (Esdep) da Instituição e em parceria com o Instituto para o Desenvolvimento Democrático (IDDE).



Sessenta pessoas, entre defensores públicos e servidores, participam do curso, que terá 100 horas/aula, divididas entre teoria e prática.

Na abertura do encontro, a coordenadora da Esdep, Diana de Lima Prata Camargos, destacou a importância do aprendizado, que será aplicado na atividade diária dos defensores públicos e servidores participantes.

A primeira aula do dia foi ministrada pela advogada e mediadora Beatriz Aguiar Bovendorp Veloso, que abordou, principalmente, o conflito, passando por sua teoria, como lidar com ele e as formas de tratá-lo.

Na parte da tarde, a também advogada e mediadora Camila Linhares forneceu um panorama dos métodos de tratamento adequado de conflitos, especialmente a mediação, a conciliação, a negociação e a arbitragem.

As aulas acontecem sempre às sextas-feiras, quinzenalmente, com previsão de término em maio deste ano.

## RODA DE CONVERSA

# 'Atuação estratégica das Defensorias Públicas nas situações de crise'

Para aperfeiçoar ainda mais a atuação em busca de soluções rápidas e eficazes e em defesa dos direitos das pessoas atingidas por desastres coletivos, a Defensoria de Minas Gerais promoveu, no dia 18 de março, o encontro "Atuação Estratégica das Defensorias Públicas nas Situações de Crise".



Questões jurídicas ligadas a acidentes ou tragédias coletivas, com bens públicos ou privados, a garantia do direito das pessoas, o atendimento emergencial nesses casos e a discussão de propostas preventivas são alguns dos temas que foram debatidos por defensores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

>> *Veja cobertura completa na próxima edição*



## PALESTRAS

### Oficiais da Polícia Militar assistem palestras na DPMG

Como parte do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (Ceges), oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) estiveram na Defensoria Pública do Estado (DPMG) no dia 8 de fevereiro, para entender como a Instituição funciona. Na ocasião, também foi entregue uma placa de agradecimento ao tenente-coronel Westerson Guimarães Pinto, chefe da assessoria militar da DPMG, que passou o posto ao tenente-coronel Antoniezio Alves de Sousa.

O assessor de planejamento e infraestrutura, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, foi o responsável por explicar aos ouvintes a função institucional da Defensoria



*O defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, entregou uma placa de agradecimento ao tenente-coronel Westerson Guimarães pela parceria e serviços prestados à Defensoria Pública*

Pública, que segundo ele “é a mesma da Polícia Militar: garantir a cidadania”. Em seguida, a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, apresentou os projetos que a DPMG desenvolve periodicamente, explicando que “a prioridade é a atuação extrajudicial para solucionar conflitos”.

Quem também fez uma explanação foi o tenente-coronel Westerson Guimarães, que apresentou a atuação da PMMG na assessoria militar da Defensoria de Minas.

Para encerrar, a defensora pública Silvana Lobo falou sobre sua atuação dentro da Auditoria Militar. “A justiça militar é um órgão muito competente”, afirmou ao lembrar que essa auditoria julga todos os crimes cometidos por policiais e bombeiros militares do estado.



*Composição da mesa de apresentação da DPMG e homenagem*



*O tenente-coronel Westerson Guimarães passou o bastão para o novo chefe da assessoria militar da DPMG, ten. cel. Antoniezio Alves, que prometeu manter o trabalho de qualidade que a PM desenvolve na Defensoria de Minas*



*A coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Glaeser, falou sobre a atuação extrajudicial*



*Os defensores Nikolas Katopodis e Luís Ernesto também prestaram suas homenagens ao tenente-coronel Westerson Guimarães*



*Defensora pública Silvana Lobo falou da sua atuação na Auditoria Militar*



*Participantes e palestrantes da visita técnica*

## O papel extrajudicial da DPMG na pacificação social

O papel extrajudicial desempenhado pela Defensoria Pública mineira como forma de pacificação social foi apresentado pela subdefensora pública-geral de Minas Gerais, Luciana Leão Lara Luce, no dia 12 de março, segundo dia da “1ª Jornada Internacional de Direito na Biblioteca – O Direito & a Paz”.



Em sua explanação, a subdefensora-geral, Luciana Leão, salientou os projetos institucionais, a educação em direitos e a atuação por intermédio da conciliação e mediação na resolução de conflitos. “É por esse viés que a Defensoria Pública busca hoje uma justiça de paz. Estamos vivenciando atualmente um novo paradigma de atuação que é, talvez não a substituição plena, mas uma transição, entre a cultura da sentença para a cultura de paz. E é, nesse contexto de pacificação social, que se insere a Defensoria Pública, com sua atuação extrajudicial e a educação em direitos em prol de todos os mineiros”.

Promovida pelo Governo de Minas Gerais, a “1ª Jornada Internacional de Direito na Biblioteca” contou com palestras com temas como Direito Constitucional, Direito Penal, Direitos Humanos, Discurso Jurídico, Administração Pública, entre outros assuntos. O evento aconteceu no Teatro José Aparecido de Oliveira, na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais, em Belo Horizonte.



*Coordenadora do Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Pública Estadual, Eliani Gladyr da Silva; vice-presidente da Apac de Santa Luzia, Lauriene Ayres Queiroz; e a subdefensora-geral, Luciana Leão*



*Luciana Leão acompanhada pelo professor do Instituto de Educação Continuada (IEC) da PUC Minas e da Faculdade Pitágoras, Plauto Cardoso*

## Sistema penal em aula magna do curso de Direito

O defensor público Eduardo José do Carmo, em atuação em Formiga, participou no dia 27 de fevereiro, como palestrante, na aula magna do curso de Direito da PUC Minas. Com o tema “Visões sobre o endurecimento penal, aspectos e perdas de garantias constitucionais”, a atividade ocorreu no auditório do campus do interior em Arcos, como parte da programação.

Na palestra, ministrada pelo professor Mariano Henrique Maurício de Campos, o defensor público discorreu sobre as mudanças no sistema penal do ponto de vista da Defensoria Pública.

O evento foi realizado pela PUC Minas, com participação de professores, docentes, coordenadores educacionais, alunos e demais profissionais.



*Defensor público Eduardo José (3ª posição da esquerda para a direita) acompanhado das demais autoridades e profissionais presentes na mesa*

## Palestras para educadores em Visconde do Rio Branco

A defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do Projeto “Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar”, foi palestrante em um evento da Secretaria Municipal de Educação de Visconde do Rio Branco (MG), nos dias 04 e 05 de fevereiro. Com a temática “Um pensar sobre o cotidiano nas escolas”, 436 educadores da rede estadual e municipal, que atuam no município, participaram da capacitação.

O objetivo foi estimular as equipes pedagógicas para o trabalho a ser desenvolvido ao longo de 2019.

O encontro, que aconteceu pelo segundo ano consecutivo e aberto a profissionais de escolas particulares, contou ainda com a presença da defensora pública Sâmara Soares Damato, que atua na comarca, o juiz

da Vara da Infância e da Juventude de Visconde do Rio Branco, André Luiz Melo, e o palestrante motivacional Iran Jacob, que foram oradores na ocasião.

*Com informações da Prefeitura de Visconde do Rio Branco*

*As defensoras públicas Francis de Oliveira e Sâmara Soares*



*A defensora pública Francis de Oliveira palestrou sobre mediação de conflitos*

## Os direitos da mulher e a prevenção da violência doméstica

A defensora pública Maria Cecília Oliveira, que atua na Especializada na Defesa do Direito da Mulher em Situação de Violência da DPMG na capital, participou do evento “Laços de Proteção: Toda mulher tem o direito de viver com dignidade”, no dia 09 de fevereiro, pales-

trando sobre os direitos da mulher. A ação estratégica é voltada à prevenção da violência doméstica e aconteceu no bairro Granja de Freitas, em Belo Horizonte.

Organizado pelo programa Mediação de Conflitos, da Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade do Estado de Minas Gerais, em conjunto com a comunidade local, a atuação busca minimizar o alto índice de registros de violência contra a mulher na região.



*Evento buscou conscientizar moradoras da comunidade e criar uma rede de proteção*



*A defensora pública Maria Cecília explicou os tipos de violência contra a mulher*

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

# Acordo prevê pagamento de um salário mínimo a cada morador de Brumadinho pelo prazo de um ano

*Audiências judiciais com a Vale na 6ª Vara da Fazenda Estadual de BH discutiram o acordo conjunto entre instituições sobre medidas emergenciais a atingidos. DPMG é um dos órgãos que participaram da redação do documento.*

Após várias e sucessivas reuniões para se discutir os termos de acordo preliminar na Ação Cautelar 5010709-36.2019.8.13.0024, ajuizada pela Advocacia-Geral do Estado, foi assinado, no dia 20 de fevereiro, em audiência perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte (MG), acordo que garante o pagamento de verba emergencial a toda a população de Brumadinho, afetada pelo rompimento de barragem da Mina Córrego do Feijão em 25 de janeiro deste ano.

Pelo acordo, a Vale terá de pagar o valor correspondente a um salário mínimo, a título de renda de manutenção, a todas as pessoas residentes no município de Brumadinho e nas localidades que estiverem até aproximadamente um quilômetro do leito do Rio Paraopeba até a cidade de Pompéu, onde fica a usina de Retiro de Baixo. O valor será pago durante um ano, a contar da data do rompimento da barragem. Adolescentes receberão metade de um salário mínimo e crianças, um quarto do valor.

Outra importante definição no acordo foi a obrigação assumida pela Vale de custear a contratação de assessoria técnica independente, escolhida pelos próprios atingidos, que possa fornecer suporte técnico e jurídico às comunidades atingidas.

### Proposta de acordo preliminar

Desde antes da primeira audiência judicial, realizada em 6 de fevereiro, na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Ministérios Públicos Federal e Estadual,



Representantes de instituições do Estado e União, do MAB e da Vale S.A se reuniram para tratar de um Termo de Ajuste Preliminar



Os defensores públicos estaduais Carolina Morishita (subcoordenadora do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise) e Aylton Magalhães (coordenador da Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais) participaram das negociações

Defensorias Públicas do Estado e da União, além da Advocacia-Geral do Estado, vinham negociando conjuntamente uma proposta de acordo, para definir medidas emergenciais a serem tomadas pela Vale em favor das pessoas atingidas, como o recebimento de uma verba mensal de manutenção e o direito à assessoria técnica independente.

Durante a audiência realizada, as mencionadas Instituições do sistema de Justiça apresentaram a proposta de acordo. Na ação da AGE, foi concedida liminar pela Justiça Estadual determinando o bloqueio de R\$ 1 bilhão em contas da Vale. O objetivo do TAP proposto pelas instituições foi justamente estabelecer as prioridades na utilização dos recursos depositados em juízo.

### Vale pediu tempo para analisar propostas

Na audiência entre representantes da Vale S.A, Instituições do Estado e da União, e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no dia 6 de fevereiro, terminou sem um acordo firmado, mas com a proposta de assinatura de um termo para exigir da mineradora a adoção de medidas emergenciais e reparadoras. A empresa alegou ter tido pouco tempo para analisar a proposta, cuja minuta recebeu no dia anterior, e requereu em juízo prazo para analisar a proposta. Nova audiência foi designada pela Justiça Estadual para o dia 14 de fevereiro.

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

### Mínimo emergencial

O TAP é uma providência emergencial; portanto, não se aplica às demais ações ajuizadas ou que venham a ser propostas, nem às questões que sejam de competência da Justiça Federal ou da Justiça Trabalhista.

Para o defensor público Aylton Rodrigues Magalhães, que representou a Defensoria Pública do Estado na audiência do dia 06/02, o acordo contém “o mínimo para garantir os direitos e necessidades básicas dos atingidos”. Na falta de acordo, Aylton Magalhães reforçou que “não se pode fazer muitas exceções do que está no documento, já que para a elaboração das medidas considerou-se o mínimo emergencial”.



Defensor público de Minas Gerais, Aylton Magalhães: “a prioridade é o atendimento humanitário e a reparação dos danos ambientais”



Segunda audiência com a Vale S.A. contou com representantes de instituições do Estado, da União e atingidos



Em entrevista, Carolina Morishita afirmou que o centro das negociações são os assistidos

### NA MÍDIA

Clique nos links abaixo para ver reportagens:

[Estado de Minas](#)

[Hoje Em Dia](#)

[MGTV 2ª Edição](#)

[Rádio Itatiaia](#)

### Instituições, atingidos e mineradora seguem negociando

A segunda audiência de conciliação, realizada no dia 14 de fevereiro, entre representantes da Vale S.A, instituições do Estado e da União e atingidos terminou também sem acordo, mas avançou em pontos relativos ao pagamento mensal às famílias e à constituição da assessoria técnica.

Durante o encontro, os representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, a Defensoria Pública do Estado e da União, além da Advocacia-Geral do Estado, relataram que as negociações estavam sendo diárias, em atuação conjunta das instituições.

Também estiveram presentes à audiência representantes das pessoas atingidas e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Durante a audiência ficou claro que o levantamento de R\$ 13.447.891,50, para ressarcimento das despesas que o Estado de Minas Gerais teve com gastos dos serviços emergenciais, já foi realizado. Esse valor foi retirado do montante de R\$ 1 bi, bloqueado da empresa no processo com pedido de tutela antecipada na Justiça.

A defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, subcoordenadora do Núcleo Estratégico para a Proteção de Vulneráveis em Situação de Crise, afirmou que nada ainda havia se “concretizado, mas criou-se um cronograma de negociação”. Disse também que as negociações têm como ponto de partida o interesse dos atingidos, e que a DPMG atua para que não haja perda de direitos.

Desde o dia do rompimento, a defensora pública atua no local, em contato direto com a população e encaminhando as demandas dos Comitês de Atingidos aos órgãos competentes.

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

### Pagamento de cestas básicas e efetivação sobre pagamentos mensais

Em nova audiência realizada no dia 7 de março, o Juízo da 6ª Vara da Fazenda Estadual de Belo Horizonte determinou que a Vale S.A. demonstre a efetivação e presente relatório dos pagamentos mensais emergenciais aos atingidos pelo rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, nos valores que foram tratados na audiência de conciliação realizada em 20 de fevereiro.

O Juízo estabeleceu que, na audiência do próximo dia 21 de março, a Vale deverá informar a situação da análise das documentações individuais e, em uma segunda audiência, designada para 04 de abril, a mineradora deverá demonstrar a efetivação dos pagamentos mensais emergenciais.

**Novos compromissos** – As partes ainda acordaram o pagamento, pela Vale, de valor equivalente a uma cesta básica por núcleo familiar. O fornecimento deverá ocorrer pelo prazo de um ano para as comunidades do Parque da Cachoeira e Córrego do Feijão.

Até o dia 21 de março, a mineradora deverá ainda demonstrar como será feito o fornecimento de água nas cidades que dependiam de captação no rio Paraopeba e sua atuação para o restabelecimento dos acessos públicos destruídos pela avalanche da lama, como pontes e estradas.

Foto: Ascom/MPMG



**Ressarcimento das despesas estatais** – Durante a audiência, também foram estabelecidas as regras para a Vale ressarcir o Estado de Minas Gerais das despesas na execução de suas ações na área do desastre e para o fornecimento de produtos e serviços emergenciais que os órgãos estatais considerem necessários na execução de suas atividades no local afetado.

Ficou estabelecido que o Estado deverá apresentar pedido mensal de ressarcimento de despesas, com sua descrição detalhada, devendo a Vale depositar o valor correspondente no prazo máximo de 30 dias.

Por fim, qualquer divergência entre as partes deverá ser levada ao seu conhecimento, estando a Vale impedida de interromper o pagamento por esse motivo.

*Com informações do Ministério Público Federal em Minas Gerais*

## DPMG defende segurança e clareza para doações da Vale

Para garantir que as doações anunciadas pela Vale sejam feitas de forma segura e não gerem prejuízos aos atingidos pelo rompimento das barragens em Brumadinho, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) recomendou a suspensão temporária do cadastramento para as doações de R\$ 15 mil.

Os critérios do cadastro, que foi iniciado pela Vale no dia 11 de fevereiro e é dirigido a pessoas que moravam ou tinham atividade comercial em área até 10 km abaixo da barragem, geraram dúvidas entre os moradores.



### NA MÍDIA

Em entrevista concedida ao “Bom Dia Brasil”, ao “G1” e ao jornal “O Tempo” no dia 12 de fevereiro, o defensor público Rômulo Luis de Carvalho a suspensão: “os documentos apresentados pela Vale davam margem para que, no futuro, a doação fosse compensada com outras doações/auxílios”.

Confira as reportagens nos links abaixo:

<a href="#">Bom Dia Brasil</a>		<a href="#">G1</a>
<a href="#">MGTV 1ª Edição</a>		<a href="#">O Tempo</a>
<a href="#">Itatiaia</a>		<a href="#">Agência Brasil</a>

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

**Vale retomou as doações após diálogo com a Defensoria de Minas**

As doações de R\$ 15 mil anteriormente anunciadas pela Vale foram restabelecidas após reuniões com a Defensoria Pública do Estado.

Após tratativas, foram superadas as dúvidas interpretativas até então existentes. Consta no documento de recebimento do valor que se trata de uma doação plena, não representando, em nenhuma hipótese, adiantamento de indenizações que os atingidos têm direito. Tal valor não pode ser descontado de qualquer obrigação a ser imposta ou determinada em termos de ajustamento de conduta, preliminares ou definitivos, firmados pela empresa Vale S.A. com o Poder Público ou instituições do Sistema de Justiça.

## NA MÍDIA

A edição do dia 22 de fevereiro do telejornal “MGTV 1ª Edição” contou com a participação do defensor público de Minas Gerais Rômulo Luís Veloso de Carvalho.

Durante entrevista, o defensor público falou sobre o acordo fechado na audiência do dia 20 de fevereiro entre a Defensorias Públicas do Estado e da União, Mi-



nistérios Públicos Federal e Estadual e Advocacia-Geral do Estado, além de representantes da Vale.

Rômulo Veloso também esclareceu sobre o cadastro para pedido de recebimento da doação no valor de R\$15 mil, que foi restabelecida, a partir do dia 20/02, após a negociação extrajudicial entre a DPMG e a Vale.

No link abaixo, veja a reportagem e os documentos que podem ser usados para a realização dos cadastros.

[Assista aqui a reportagem](#)

**Audiência com moradores de Brumadinho**

A defensora pública mineira Rachel Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou da audiência pública entre associações, moradores de Brumadinho, vereadores e o prefeito do município realizada no dia 10 de março, no distrito de Aranha.

Ouvir a comunidade de atingidos direta e indiretamente pelo rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão, colher demandas dos moradores e esclarecer sobre os direitos dos mesmos foram os objetivos da reunião em que estiveram presentes cerca de 300 pessoas.

Como resultado, várias demandas da população foram encaminhadas aos órgãos que estão fazendo frente às negociações, principalmente a Defensoria Pública de Minas Gerais, o Ministério Público e o município de Brumadinho.

Entre as várias reivindicações dos moradores, a principal é a liberação imediata de um acesso alternativo e seguro para o interior de Brumadinho, já que

que a principal via de ligação foi tomada pela lama derramada pelo rompimento da barragem da Mineradora Vale.

Rachel Passos explica que o trecho que era feito em 15 minutos está sendo realizado em até duas horas e meia, com ônibus superlotados e pessoas passando mal dentro dos coletivos. “Está sendo preciso parar para as pessoas descerem para tentarem se refrescar e fazer suas necessidades fisiológicas. Uma situação de completa indignidade. Enquanto as tratativas estão sendo feitas, as pessoas estão sofrendo”, alerta a defensora pública.

Na visão de Rachel Passos, “a audiência foi produtiva, no sentido em que as demandas das comunidades sejam ouvidas e legitimadas perante os órgãos públicos. E, para que as políticas públicas sejam construídas a partir do que eles realmente estão solicitando à Vale, da agilidade da prestação e da fiscalização do município de Brumadinho e para que a população tenha a vida normalizada, na medida do possível”.

SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

## Defensoria de Minas atua na comunidade Córrego do Feijão

*Após rompimento das barragens a Instituição se tornou a voz dos atingidos*

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem atuado de forma constante para garantir que os interesses e direitos da população atingida pelo rompimento de barragem da Mina do Córrego do Feijão sejam mantidos. Os atendimentos e orientações jurídicas e psicossociais acontecem no local de forma ininterrupta desde o dia 25 de janeiro, data do desastre.

De acordo com a defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, “as maiores demandas da comunidade, que tem ruas estreitas de terra e casas simples, são de locomoção e da perda da tranquilidade”. A interrupção da estrada que ligava a região ao centro de Brumadinho fez com que um percurso de alguns minutos tenha duração de horas, afetando o comércio local, que, segundo a defensora, “não tem como chegar mercadoria”.

A Instituição atua como aliada estratégica da população e foi convidada pelos próprios moradores a integrar as reuniões da Comissão de Atingidos, sanando dúvidas e buscando compreender a dinâmica social da comunidade. Da mesma forma, a DPMG proporcionou que representantes da população participassem das reuniões e tratativas com a empresa causadora dos danos.

### DPMG amplia atendimento

Para atender às múltiplas e complexas demandas, além de manter o atendimento na Estação Conhecimento, foi instalada, no dia 15 de fevereiro, uma unidade da Defensoria Pública Itinerante na Rua Azurita, ao lado do número 211, no bairro Ipiranga, atrás do Fórum José Altivo do Amaral.

#### Unidades e horários de atendimento DPMG:

- Estação Conhecimento: de 8h às 17h, de segunda a sexta
- Próxima ao Fórum: de 10 às 17h, de segunda a sexta

Atendimento jurídico gratuito às famílias e pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale, incluindo: orientações jurídicas em geral, propositura de medidas judiciais, regularização de guarda de crianças e alvarás judiciais.



DPMG atua no local desde o rompimento da barragem e oferece orientações jurídicas e psicossociais aos atingidos

### NA MÍDIA

A atuação da DPMG em Brumadinho foi notícia na Pleno.news, do Rio de Janeiro, divulgada em 13/02:



### Postos de atendimento

A edição do dia 15 de fevereiro do telejornal “Bom Dia Minas” contou com a participação do defensor público Rômulo Luis Veloso de Carvalho, que falou sobre o novo posto de atendimento da Defensoria de Minas em Brumadinho. Abordou, entre outros assuntos, o local e início de funcionamento da estrutura, uma unidade da Defensoria Pública Itinerante que começou a operar no bairro Ipiranga, atrás do Fórum José Altivo do Amaral.

[Veja aqui a reportagem](#)

**DPMG segue atenta e mobilizada para atender e garantir direitos fundamentais**

[Veja na íntegra as matérias sobre a atuação da Defensoria de Minas em Brumadinho](#)

## SITUAÇÕES DE CRISE: BRUMADINHO

### Visita conjunta às escolas de Brumadinho

A defensora pública Francis de Oliveira Rabelo Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar (Mesc), participou, no dia 12 de fevereiro, da visita conjunta da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), por meio da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A, em Brumadinho.

Na oportunidade, a defensora pública visitou as escolas estaduais da cidade, junto com a superintendente Idalina Franco de Oliveira, a diretora pedagógica Cynthia Pinheiro Chagas e os voluntários e integrantes do coletivo “Ocupa e Educa”, Mateus Lacerda, Danielle Pereira e Myriam Salum, esta última, coordenadora do Movimento “Mães pela Diversidade” em Minas Gerais.

A primeira foi a Escola Estadual Abelardo Duarte Passos, localizada no Distrito de Melo Franco, que chama a atenção por receber cerca de 280 alunos da área rural, necessitando de todo o tipo de apoio e ajuda, inclusive para a merenda dos alunos. O transporte local e para Brumadinho está precário desde o rompimento da barragem, o que vem prejudicando a vida de estudantes e comunidade, segundo os relatos dos próprios alunos.

De acordo com a diretora da escola, Shirley Aparecida da Silva, “a visita foi muito importante para ajudar nesta situação difícil. Um encontro que contribuiu para enfrentar os desafios e compartilhar as experiências e angústias”, ressalta.

Além disso, Francis de Oliveira iniciou o diagnóstico dos efeitos primários do rompimento de barragem nas escolas, fazendo a colheita de informações e também a acolhida dos alunos e funcionários junto com o grupo, utilizando a escuta ativa e outras técnicas de mediação escolar.



Da esquerda para a direita, a superintendente de ensino da Metropolitana A, Idalina Franco; a diretora pedagógica da SRE A, Cynthia Pinheiro; a defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do “Mães pela Diversidade”, Myriam Salum, Danielle Pereira e o professor de história, Mateus Lacerda

Ao final, o grupo foi ao posto da DPMG no Córrego do Feijão e à Estação do Conhecimento para conhecer a estrutura de atendimento da rede e o atendimento Itinerante da Defensoria de Minas

### Doações

No dia 21 de fevereiro, a defensora pública Francis de Oliveira Coutinho participou de visita e entrega de doativos na Escola Estadual Abelardo Duarte Passos, em Brumadinho. As doações foram recebidas pela diretora Shirley Aparecida da Silva. A iniciativa é resultado de visitas às escolas de Brumadinho, realizado no dia 12

Francis Coutinho estava acompanhada pela diretora pedagógica da Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), Cynthia Pinheiro Chagas, e por integrantes e voluntários do coletivo “Ocupa e Educa”.



Defensora pública Francis Coutinho acompanhada de equipe pedagógica e voluntários do Coletivo “Ocupa e Educa”

## SITUAÇÕES DE CRISE: BARRAGENS

# Defensoria Pública de Minas recebe deputado federal e comissão de afetados de Macacos

*A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) vai atuar na interlocução entre os comerciantes e empresários de Macacos – distrito de Nova Lima, na Grande BH – e a Mineradora Vale, responsável pela barragem da Mina Mar Azul que, por alerta de risco de rompimento, levou à retirada das pessoas das áreas de autossalvamento, na noite do dia 16 de fevereiro.*

A interlocução foi solicitada pelos próprios comerciantes em reunião realizada no dia 28 de fevereiro, na sede I da DPMG na capital. O encontro foi intermediado pelo deputado federal Fred Costa.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, reiterou o papel da DPMG como parceira e interlocutora das demandas e direitos da população e afirmou que a Instituição vai agir para que seja possível minimizar e reparar os impactos, da forma mais rápida possível.

O deputado federal Fred Costa ressaltou o alcan-

ce social e compromisso da Defensoria mineira com a “coletividade, sobretudo com as classes menos privilegiadas” e expôs a situação dos comerciantes após o alarme da sirene.

“Nós escolhemos morar e trabalhar lá, e agora estamos sufocados pela Vale. Não se trata de uma história apenas comercial, mas também, de sonhos. Escolhemos Macacos para viver, criar nossas famílias e empreender”, desabafou Leonardo Martins Batista, representando os comerciantes.

*continua >>*



Defensor público-geral de Minas, Gério Patrocínio Soares, e o deputado federal Fred Costa



Defensores públicos Richarles Caetano Rios, Carolina Morishita e Antônio Lopes de Carvalho Filho; defensor-geral, Gério Patrocínio Soares; deputado federal Fred Costa; representantes dos afetados, Geruza França Brasileiro e Leonardo Martins Batista



Manoelita Teixeira Gonçalves, artesã e comerciante há 20 anos no distrito, declamou um poema de protesto



Representantes da comissão entregaram camisetas alusivas ao problema para o defensor-geral e o coordenador do Núcleo Estratégico



## SITUAÇÕES DE CRISE: BARRAGENS

### Órgão específico para proteção aos vulneráveis

A busca de soluções efetivas e a necessidade de se repensar a atividade minerária no estado foram destacadas pelo coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho, durante o encontro na DPMG no dia 28.

A subcoordenadora do Núcleo Estratégico, Carolina Morishita, uma das defensoras públicas que estão atuando no local desde o alarme e em contato com os afetados, orientou as pessoas para que procurem se documentar, protocolando todos os encaminhamentos que façam à Vale.

Richarles Caetano Rios, membro do Conselho Superior da DPMG e relator, junto com a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, da deliberação que criou o Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, salientou que, hoje, a Defensoria de Minas possui um órgão específico para atuação nessas situações.



Defensores públicos Antônio Lopes de Carvalho Filho (1º à direita), Carolina Morishita e Richarles Caetano Rios

No final do encontro, a palavra foi aberta e outros comerciantes e empresários manifestaram opiniões e relataram seus problemas, entre eles, João Ricardo, que contou sua preocupação em não conseguir levar a filha à escola, em Belo Horizonte. “Eu e minha mulher podemos até abrir mão dos nossos sonhos mas, se tem uma coisa que eu não vou abrir mão é do sonho da minha filha”.

## Instituições divulgam estudo sobre gênero no processo reparatório dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão

Na data em que se celebrou o Dia Internacional da Mulher – 8 de março –, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) divulgou relatório sobre a situação de gênero dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, da Mineradora Samarco, em Mariana. Um dos dados revelados pela pesquisa é de que a mulher, quando cadastrada como responsável pelo núcleo familiar, tem mais dependentes homens e mulheres, comparando-se à situação quando o homem é o responsável.

O estudo, contendo gráficos e tabelas que podem indicar entendimentos comparativos da questão de gênero no processo de reparação, especialmente os relacionados aos danos socioeconômicos, foi produzido pela empresa Ramboll, após decisão em reunião interinstitucional realizada em setembro de 2018, entre Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública do Espírito Santo (DPES).

Os dados do relatório, que municiarão as instituições na atuação em defesa do processo de reparação, foram apresentados e debatidos na Assembleia Legislativa do Espírito Santo no dia 12 de março, integrando o evento “Mulheres Atingidas



\* 13 horas - Lançamento da exposição de fotos "Mulheres Atingidas: da Lama à Luta" com participação da fotógrafa mineira Isis Medeiros e do fotógrafo capixaba Gabriel Lordêllo

\* 14 horas - Apresentação, debate e análise coletiva do Estudo de Gênero da Ramboll sobre a situação da mulher atingida no processo de reparação e compensação realizado pela Fundação Renova

\* 16h30 - Construção coletiva das pautas das mulheres atingidas no Espírito Santo

Realização:



Apoio:



[Clique aqui para ler o relatório](#)

## SITUAÇÕES DE CRISE: BARRAGENS

# DPMG acompanha sanção de lei que determina medidas mais rígidas para barragens

O defensor público-geral do Estado, Gério Patrocínio Soares, foi representado pela chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, no evento que marcou a sanção, pelo governador de Minas Gerais Romeu Zema, do Projeto de Lei 3.676/16, aprovado pela Assembleia Legislativa no dia 22/02.

O texto foi sancionado no dia 25 de fevereiro, data em que se completa um mês do rompimento das barragens da Mina do Córrego do Feijão explorada pela Mineradora Vale, em Brumadinho.

O governador sancionou integralmente a lei que torna mais rígido o licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens em Minas Gerais. A nova norma prevê, entre outras disposições, que no período de três anos não poderão mais existir barragens construídas a montante no estado.

Romeu Zema parabenizou a Assembleia Legislativa pela celeridade na aprovação do projeto de lei, agradeceu às instituições e representantes da sociedade organizada envolvidos na sua elaboração e destacou que a lei “vem de anseios do que a sociedade deseja”.

Diversas autoridades acompanharam a sanção. A chefe de Gabinete da DPMG estava acompanhada pelo coordenador do Núcleo Estratégico da Defensoria Pública de Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise, Antônio Lopes de Carvalho Filho.



A chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias (1ª posição, à esquerda), representou o DPG

**“Mar de Lama Nunca Mais”** – Em nota divulgada no dia 25 de fevereiro, a Defensoria Pública do Estado ratificou ser fundamental que o PL n. 3.676/16, aprovado pela ALMG no dia 22/02, fosse sancionado integralmente na forma concebida pela sociedade civil, Ministério Público, órgãos de fiscalização ambiental e prestigiada pelo Legislativo mineiro.

O PL contém a redação completa do projeto de lei de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” e aprimoramentos em relação a alguns pontos que anteriormente não eram abordados.

## Audiência pública da comissão externa da Câmara dos Deputados

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, participou de reunião promovida pela comissão externa criada pela Câmara dos Deputados para acompanhar e

fiscalizar as investigações relativas ao desastre de Brumadinho e as barragens existentes no Brasil.

A audiência, que aconteceu no dia 08 de fevereiro, na Câmara Municipal de Brumadinho, reuniu deputados estaduais, prefeitos e vereadores da região, representantes da Defensoria Pública da União, do Ministério Público e de movimentos sociais; além de moradores da cidade e pequenos produtores rurais impactados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Mineradora Vale.

Os atingidos relataram o sofrimento pela perda de familiares e amigos e expuseram insegurança em relação ao futuro, já que não têm como manter a produção agrícola e receiam a falta de estrutura e o desaparecimento de empregos na região. Os participantes informaram que a zona impactada extrapola as três comunidades próximas ao rompimento.



A chefe de Gabinete, Raquel Gomes de Sousa (à esquerda), representou a DPMG na reunião

Com informações da ALMG e da Câmara dos Deputados

## AÇÕES EM DESTAQUE

### Sede da Defensoria Pública em Uberlândia passará por reforma

Os defensores públicos Evaldo Gonçalves da Cunha, coordenador da Regional Triângulo II, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, coordenador em Uberlândia, e Fernando Sousa Vilefort compareceram à cerimônia de formalização da reforma do prédio da antiga sede da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) na comarca. A ordem de serviço foi assinada pelo prefeito da cidade, Odelmo Leão, no dia 13 de fevereiro.

A fim de restaurar a estrutura, serão investidos R\$ 500 mil, viabilizados por uma emenda parlamentar de autoria do deputado estadual Elismar Prado. Nesta parceria, a Prefeitura atua como interveniente da verba, tendo a função de garantir todo o processo, da licitação até a entrega da obra.

As obras serão executadas pela empresa GRS Serviços, vencedora da licitação, e a previsão é que os trabalhos se estendam pelo primeiro semestre deste ano.

[Leia matéria na íntegra](#)



Assinatura da ordem de serviços marca início da reforma do prédio da DPMG em Uberlândia | Foto: Reprodução Prefeitura de Uberlândia

#### NA MÍDIA

A cerimônia de formalização da reforma do prédio da DPMG em Uberlândia foi destaque na TV Paranaíba.

[Confira](#)

### Atuação em sessão do Tribunal do Júri em Ituiutaba

No dia 21 de fevereiro, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio dos defensores públicos Francis Junio de Oliveira e Mirian Luce Alves de Araújo, atuou na sessão do Tribunal do Júri realizada em Ituiutaba.



Defensores públicos Francis Junio de Oliveira e Mirian Luce Alves de Araújo (2ª e 3ª posição, respectivamente) durante sessão do Tribunal do Júri em Ituiutaba

Durante a sessão, foram julgados quatro suspeitos de envolvimento na morte da grávida Greiciara Belo Vieira, em agosto de 2016. Com caso de repercussão a nível nacional, a jovem foi dada como desaparecida em Uberlândia e apareceu em uma lagoa na cidade de Ituiutaba. MP sustentou a autoria, em relação a todos os réus, e pediu a condenação.

Dois cidadãos envolvidos, L. F. M. e M. N. O., foram acompanhados pela DPMG. O primeiro, pela defensora pública Mirian Luce Alves de Araújo, e o segundo, pelo defensor Francis Junio de Oliveira.

A sessão foi iniciada no dia 21 e encerrada no dia seguinte (22/02).

### DPMG obtém sentença favorável para antecipação terapêutica de feto com acrania

O defensor público Frederico Newman, que atua junto às varas cíveis da comarca de Sete Lagoas, ajuizou uma ação para antecipação terapêutica de feto com acrania.

Com sentença favorável à assistida da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, o parto foi interrompido por meio de procedimento cirúrgico.

No caso, a anomalia fetal era incurável, gerando riscos e sofrimento à gestante e familiares. Portanto, a medida foi tratada como urgente e teve como foco a manutenção da saúde da assistida.

A ação de nº 5000621-32.2019.8.13.0672 é resultado do trabalho do defensor Frederico Newman junto ao Ministério Público e o Poder Judiciário.

## ADI questiona dispositivos que criam “Defensoria Pública Municipal” e cargos comissionados em Campos Altos

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) – processo nº 1.0000.19.017222-1/000 – em face de dispositivos de leis municipais de Campos Altos/MG que criaram cinco cargos comissionados de “Defensor Público Municipal”, e o órgão “Defensoria Pública Municipal”, subordinado ao Prefeito.

De acordo com o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, “a competência para instituição das Defensorias Públicas é da União e também dos Estados, não havendo tal autorização para os Municípios”.

Assim, vislumbrou pecha de inconstitucionalidade nos artigos 1º e 2º da Lei nº 137/05 (quanto ao cargo de “Defensor Público Municipal”), da Lei nº 147/05,

da Lei 268/07, da Lei 422/10 e, por fim, da Lei 488/12, por ofensa aos artigos 1º, 10, XV, ‘n’, 129, 130, “caput”, §1º e §2º, 165, §1º, e 169 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Foi requerida medida cautelar para suspensão da eficácia dos dispositivos fustigados e, ao final, a procedência do pedido para declarar a inconstitucionalidade das referidas normas.

A Defensoria Pública-Geral do Estado contou com a colaboração da Defensoria Pública da Comarca de Janaúba, na pessoa do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial.

[Acesse aqui a petição inicial](#)

## Ação estratégica conjunta da DPMG em Sete Lagoas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Sete Lagoas, por meio da defensora pública Nívea de Matos Lacerda, promoveu o atendimento do adolescente M.A.O pelo Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes e Ameaçados de Morte (PPCAAM), ligado à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente.

Com a ação estratégica conjunta da DPMG em parceria com a Polícia Militar do município, foi possível atuar para garantir a intervenção do PPCAAM. A iniciativa pioneira da comarca visa a efetiva proteção

do adolescente e a preservação da vida, um dos princípios básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Além disso, o fato indica que o adolescente assistido pela DPMG corria grave risco de morte, pois estaria envolvido em disputa de tráfico de drogas na cidade.

**PPCAAM** – O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes e Ameaçados de Morte (PPCAAM) se aplica a casos de crianças e adolescentes gravemente ameaçados de morte.

## Sete Lagoas: Tutela antecipada de urgência para tratamento de saúde domiciliar

A Defensoria Pública de Minas Gerais em Sete Lagoas, por meio do defensor público Lincoln Jotha Soares, obteve tutela antecipada de urgência, para tratamento médico especializado em casa (*home care*), para assistida de 73 anos, que apresenta Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), patologia neurodegenerativa progressiva.

A medida foi deferida pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública e autarquias da comarca, em ação de obrigação de fazer contra o Estado de Minas e o Município de Sete Lagoas.

A assistida recebeu alta médica e já recebe os cuidados em casa.

## Atividades da ALMG em celebração ao Dia da Mulher

A subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, representou a Instituição na abertura do evento “Sempre Vivas – Mulheres em Luta contra a Violência” promovido pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em parceria com diversas instituições, entre elas, a DPMG, e entidades e movimentos da sociedade civil, para marcar a celebração do Dia Internacional da Mulher. A cerimônia aconteceu no dia 08 de março, no Salão Nobre do parlamento mineiro.

Com uma programação voltada para a defesa da vida e valorização da luta por direitos das mulheres, o evento contou com diversas atividades conduzidas pela presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, deputada estadual Marília Campos, com o objetivo de valorizar a postura ativa e alerta das mulheres para que permaneçam vivas, combatendo todas as formas de violência. Houve também a apresentação de entidades, instituições e coletivos ligados à causa feminina.

Na sequência, na Galeria de Arte da ALMG, foi inau-

gurada a exposição “Memórias de mulheres mineiras e brasileiras em busca de seus direitos”, desenvolvida pelo movimento Quem Ama não Mata, além das mostras “Femicídio, bordando a resistência”, do Coletivo Linhas do Horizonte, e “Mulheres Cabulosas da História”, das Mulheres do Levante Popular da Juventude.

A atividade contou também com a presença da coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; das defensoras públicas Maria Cecília Pinto e Oliveira e Laurelle Carvalho de Araújo, em atuação na Defensoria Especializada na Defesa da Mulher em Situação de Violência; do diretor-presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-MG), Eduardo Cyrino Generoso; da ex-deputada federal, Jô Moraes; além de representantes de órgãos municipais, estaduais, de entidades e instituições da Rede de Enfrentamento à violência Contra a Mulher.

*continua >>*



*Subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce (4ª posição, da esquerda para a direita, a frente), compõe a mesa de autoridades (foto ao lado)*



*Profissionais, representantes e cidadãos envolvidos com a causa prestigiaram o evento*



*Defensora pública Maria Cecília Pinto; subdefensora pública-geral, Luciana Leão; e a deputada estadual Marília Campos (foto abaixo)*



### Reunião preparatória das atividades

A 7ª última reunião preparatória na ALMG, das atividades comemorativas do Dia da Mulher, aconteceu no dia 26 de fevereiro, com a participação das defensoras públicas Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser e Laurelle Carvalho de Araújo. O encontro foi coordenado pela deputada Marília Campos, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

## CELEBRAÇÃO AO DIA DA MULHER

### Audiência pública

No período da tarde, a Comissão promoveu uma audiência pública na Praça Sete, no Centro da capital marcada pelo chamamento às lutas e denúncias contra a violência. Os dados informados por parlamentares, defensoras públicas, representantes de instituições públicas revelaram que o enfrentamento aos crimes de gênero ainda é necessário.

A atuação da Defensoria Pública em defesa dos direitos individuais e coletivos das mulheres em situação de violência em todo o estado foi lembrada pela a subdefensora pública-geral, Luciana Leão Lara Luce, que destacou o trabalho das Especializadas e as várias parcerias existentes, entre elas, a Casa das Mulheres, desenvolvida pela Universidade Federal de Viçosa, a DPMG e o Município. “O projeto busca conferir um tratamento mais humanizado às mulheres vitimizadas, além de promover cursos de capacitação à rede parceira”.



Subdefensora-geral, Luciana Leão Lara Luce, durante audiência na Praça Sete



### Atendimento itinerante

Durante toda a tarde, a Defensoria Pública disponibilizou atendimento voltado para a defesa da mulher em situação de violência na Praça Sete. Também estiveram presentes a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; as defensoras públicas Samantha Vilarinho Mello Alves, Júnia Roman Carvalho e Bárbara Silveira Machado Bissochi, que atua em Uberlândia; além dos defensores públicos Eduardo Cyrino Generoso e Fernando Campelo Martelleto, atual e presidente eleito da Adep-MG, respectivamente.



Eduardo Cyrino Generoso; delegada Larissa Mascotte; subdefensora-geral, Luciana Leão Lara Luce; delegada Ana Paula Balbino; defensoras públicas Laurelle Araújo e Bárbara Bissochi; e o presidente eleito da Adep-MG, Fernando Martelleto



Defensoras públicas prestam orientações



Defensoras Laurelle Araújo, Michelle Mascarenhas e Bárbara Bissochi



Defensoras Laurelle Araújo, Júnia Roman e Samantha Vilarinho; servidora Jennifer Samera de Oliveira e a estagiária Leidiana Pereira Costa

### Educação em direitos

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora em exercício da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência, ministrou palestra sobre o papel da mulher na sociedade e a questão de violência de gênero para funcionários do Carrefour Pampulha. O evento ocorreu no dia 08 de março e fez parte das atividades realizadas pelo hipermercado em função do Dia da mulher.



## HOMENAGENS

### Defensoras públicas são homenageadas pela Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira

As defensoras públicas Andréa Abritta Garzon e Bárbara Silveira Machado Bissochi, em atuação em Belo Horizonte e em Uberlândia, respectivamente, foram agraciadas com o Colar Mulheres da Inconfidência Mineira, em solenidade realizada no dia 08 de março, no Salão Nobre do Grande Oriente do Brasil, em Belo Horizonte.

A condecoração é uma homenagem da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira às mulheres que

têm se destacado com serviços relevantes em benefício da história, cultura e sociedade mineiras.

A cerimônia, realizada no Dia Internacional da Mulher, destacou o trabalho das profissionais, que contribuem para dar visibilidade e fortalecer o patrimônio do Estado de Minas Gerais por meio de projetos e iniciativas desenvolvidos junto às instituições atuantes.

O evento contou com a presença da assessora Institucional, Emília Eunilce Alcaraz Castilho; do defensor público Glauco David de Oliveira Sousa; do vice-governador do Estado de Minas Gerais, Paulo Brant; do coronel do Gabinete Militar do vice-governador, Evandro Geraldo Ferreira Borges; e do subsecretário de Segurança Prisional do Sistema Prisional de Minas Gerais (Seap-MG) e chanceler da comenda, Rodrigo Machado.



*Vice-governador de Minas Gerais, Paulo Brant, entrega a condecoração à defensora pública Bárbara Silveira*



*Vice-governador, Paulo Brant, durante entrega do colar à defensora pública Andréa Abritta*



*Da esquerda para a direita, a assessora Institucional da DPMG, Emília Eunilce Alcaraz; o subsecretário de Segurança Prisional do Seap-MG e chanceler da comenda, Rodrigo Machado; a defensora pública Andréa Abritta; o defensor público Glauco David de Oliveira; e a defensora pública Bárbara Silveira*





## Reunião na Assembleia de Minas para tratar de ferrovias do estado

O defensor público Wilson Hallak Rocha, assessor institucional da Defensoria Pública-Geral do Estado, representou a Instituição em uma reunião com deputados



Reunião discutiu a construção e ampliação das ferrovias do estado

estaduais e representantes do Exército Brasileiro, no dia 6 de fevereiro, para tratar da construção e restauração de ferrovias do estado.

O encontro aconteceu na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e contou com a participação do coronel Helton Andrade, comandante do 2º Batalhão Ferroviário.

Na ocasião, membros da sociedade civil envolvidos com a questão ferroviária relataram dificuldades e urgências com relação a diversos trilhos do estado. Uma das pautas apresentadas foi a necessidade de cobrar as multas que empresas como a Vale S.A devem, para que o valor seja revertido ao transporte ferroviário.

[Leia matéria na íntegra](#)

## Anúncios de obras de fóruns do TJMG em Itajubá, Varginha e Três Corações

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) participou, nos dias 7 e 8 de fevereiro, dos anúncios de construção de novo fórum do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) nas comarcas de Itajubá, Varginha e Três Corações.

Foto: Jenifer Rosa/TJMG



**Em Itajubá**, a defensora pública e coordenadora Local da DPMG, Jacqueline Carneiro Roque Peyrer (foto acima, 2ª posição a partir da direita), representou a Instituição, no dia 07 de fevereiro, no encontro em o desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini anunciou o projeto da edificação, representando o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes.

**Em Três Corações**, o anúncio aconteceu no dia 8 de fevereiro, reunindo autoridades no local. O defensor público Adriano Marggraff Vital Ferreira, coordenador Local, representou a Defensoria Pública do Estado. Na solenidade, o presidente do TJMG Nelson Missias de Moraes mostrou o projeto da edificação.

Foto: Jenifer Rosa/TJMG



**Em Varginha**, o defensor público e coordenador Local, Márcio Salgado Almeida (4ª pos. a partir da esq., à frente), compareceu ao evento, dia 07/02, que marcou o anúncio de obras na comarca, feito pelo superintendente de Gestão Orçamentária e Financeira, desembargador Marcos Lincoln, que representou o presidente do TJMG.

Foto: João Paulo/TJMG



## Passagem de comando das Diretorias e Auditoria Setorial da Polícia Militar de Minas Gerais

Representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), o assessor institucional Wilson Hallak Rocha compareceu, no dia 08 de fevereiro, à solenidade de passagem de comando da Auditoria Setorial, Diretoria de Saúde, Diretoria de Finanças e Dire-

toria de Apoio Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG).

O evento aconteceu no Auditório da Escola de Formação de Sargentos e contou com a presença de autoridades civis e militares.



Da esquerda para a direita: coronel Ailton Cirilo da Silva, presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais; coronel Marcelo Fernandes, subcomandante-geral da PMMG; e Wilson Hallak, assessor institucional da DPMG



Autoridades civis e militares se reuniram para a solenidade

## Transmissão e assunção de chefias na PMMG

O defensor público Luís Ernesto da Silva Soares, a convite do coronel Hércules de Paula Freitas, diretor de Apoio Logístico da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), compareceu à solenidade de transmissão e assunção das chefias do Centro de Serviços Compartilhados e do Centro de Motomecanização e Intendência.

O evento, que também marcou a inauguração da galeria de retratos de ex-chefes, aconteceu no dia 11 de fevereiro, no auditório do 5º Batalhão de Polícia Militar, em Belo Horizonte.

### Centro de Formação e Aperfeiçoamento

O defensor público Luís Ernesto da Silva Soares compareceu também à solenidade de transmissão e assunção do comando da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos (EFAS), do Centro de Treinamento Policial e da Escola de Formação de Soldados.

O evento ocorreu no dia 25 de fevereiro, no pátio da Academia de Polícia Militar, em Belo Horizonte.



A tenente-coronel da PMMG Lívia Neide, nova comandante do Centro de Serviços Compartilhados; o defensor público Luís Ernesto; e o tenente-coronel do Corpo de Bombeiros Farley Rocha Soares



O defensor público Luís Ernesto e o tenente-coronel da PMMG Alex Rodrigues Teixeira, novo comandante do Centro de Motomecanização e Intendência



O defensor público Luís Ernesto e a tenente-coronel Maria de Fátima Rufino Figueiró de Lourdes, que assumiu o comando da EFAS



## Pouso Alegre

O coordenador da Regional Sul de Minas e Local da DPMG em Pouso Alegre, defensor público Walter Valle Martins Junior, representou a Instituição na solenidade de transmissão e assunção da 17ª Região da Polícia Militar, do coronel Cássio Antônio Fernandes para o coronel Oterson Luis Nocelli.

A solenidade aconteceu no dia 14 de fevereiro.

*Coronel Oterson Luis Nocelli, defensor público Walter Valle Martins Junior e o deputado estadual Dalmo Ribeiro Silva*

## Evento de abertura da 1ª Semana SGE Capacita

O defensor público Wilson Hallak Rocha, assessor institucional da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), e Charles Alves da Silva, auditor interno da Instituição, compareceram, no dia 11 de fevereiro, à abertura da “1ª Semana CGE Capacita: Prevenção da Corrupção e Inovações em Controle Interno”. O evento promovido pela Controladoria Geral do Estado (CGE) foi realizado no Auditório JK, na Cidade Administrativa de Minas Gerais.

A abertura contou com a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e do ministro da Controladoria Geral da União (CGU), Wagner Rosário. Durante a ce-

rimônia foi realizada assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a CGU, que tem o objetivo de promover intercâmbio de informações técnicas, acesso a sistemas informatizados e base de dados, além de desenvolvimento de projetos e ações em conjunto na área de controle interno governamental, realização de cursos e treinamentos.

O evento foi até o dia 15 de fevereiro e é voltado a servidores do órgão central, controladorias setoriais e seccionais e órgãos parceiros. A intenção é promover cursos sobre detecção de fraudes em licitação e avaliação de controles internos.

*O assessor institucional Wilson Hallak compareceu à abertura da 1ª Semana SGE Capacita*



## Defensores públicos acompanham visita do governador ao TJM

No dia 18 de fevereiro, as defensoras públicas Silvana Lourenço Lobo e Letícia Barra, em atuação no Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), e o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida acompanharam visita de cortesia do governador do Estado Romeu Zema àquele Tribunal.

Durante o encontro, o presidente do TJMMG, juiz coronel James Ferreira Santos, apresentou a Justiça Militar mineira ao governador, bem como os representantes da Defensoria de Minas e do Ministério Público que nela atuam.



## Lançamento de livro do desembargador Marcelo Guimarães



A Defensoria Pública de Minas Gerais foi representada pela coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, no lançamento da 3ª edição do livro “Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Minas Gerais – comentado”, de autoria do desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

O evento aconteceu no dia 20 de fevereiro, na sede do sindicato dos Oficiais de Registro Civil de Minas Gerais (Recivil/MG).

## III Encontro de Bibliotecas, do Tribunal de Justiça de MG

O assessor de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais na abertura do III Encontro de Bibliotecas, no dia 11 de março.

Promovido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), em celebração ao Dia do

Bibliotecário, comemorado em 12 de março, o evento teve como tema “As bibliotecas na era democrática da informação e o direito à inclusão social”.

A 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da EJEF, desembargadora Áurea Maria Brasil Santos Perez, abriu o encontro e o desembargador aposentado Eduardo Andrade proferiu palestra sobre Direito e literatura.

*Assessor Rafael de Freitas (2ª posição, da esquerda para a direita) acompanhado dos mais profissionais presentes na mesa*



BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



[www.defensoria.mg.def.br](http://www.defensoria.mg.def.br)

## COMUNICADOS INTERNOS

### DEFENSORIA GERAL

#### **Resolução nº 30/2019 dispõe sobre o plantão nos feriados no primeiro semestre de 2019**

A Resolução nº 30/2019, publicada no dia 05/02/2019, dispõe sobre o plantão nos feriados e pontos facultativos que menciona em 2019 – 04 a 06 de março; 17 a 19 de abril; e, 20 e 21 de junho (Capital e unidades no interior em que o dia de Corpus Christi for feriado municipal), ocasiões em que a DPMG funcionará em regime de plantão nas comarcas que sejam sedes do plantão do Judiciário.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 30/2019](#)

#### **Processos de execução penal no SEEU: edital de consulta para plantão dos finais de semana e feriados**

Já a Resolução nº 49/2019, de 23/02/2019, dispõe sobre edital de consulta para inscrição de defensores públicos interessados em cooperarem voluntariamente no plantão dos finais de semana e feriados, das medidas urgentes referentes aos processos eletrônicos de execução penal e seus incidentes em primeiro grau de jurisdição, que tramitam no Sistema Eletrônico de Execução Penal Unificada (SEEU).

[Clique aqui para saber mais](#)

#### **Autorização de ausência da comarca, concessão de diárias e uso de transporte oficial**

A Resolução nº 32/2019, publicada no dia 06/02/2019, dispõe sobre delegação, à chefia de Gabinete, de autorização de ausência da comarca quando houver pedido de pagamento de diária e/ou transporte, bem como para a concessão das diárias nos deslocamentos a serviço e do uso de transporte oficial, aéreo, rodoviário e/ou particular na forma de ressarcimento para os membros, servidores e colaboradores externos da DPMG.

[Clique aqui para ler a Resolução nº 32/2019](#)

#### **Orientações para desconto de pensões alimentícias fixadas em acordos das DPE's pelo INSS**

Por meio do Memorando-Circular Conjunto nº 53 / DIRBEN/PFE/INSS, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) informou sobre orientações internas do órgão adotando a política de implementar descontos de pensões alimentícias fixadas em "termos dos acordos extrajudiciais referendados pelas Defensorias Públicas e Ministério Público, através de ofício do órgão, acompanhado do instrumento de acordo".

[Clique aqui para ler o o documento](#)

#### **Divulgação dos inscritos e do resultado relativo à co-operação estabelecida pela Resolução nº 52/2019**

Na forma do art. 2º, §2º da Resolução nº 52/2019, a Defensoria Pública-Geral divulga os inscritos, em ordem de antiguidade (art. 2º, §3º da Res. 59/2019), para cooperação voluntária e temporária na Defensoria Criminal em Ibirité- MG, área de execução penal, com início em 7 de março de 2019 e previsão de término em 06 de setembro de 2019:

1. Camila Sousa dos Reis Gomes.

#### **Apresentação de sugestões para o PGA 2019/2020**

Conforme estabelece o art. 10 da LC 65/2003, o defensor público-geral deverá apresentar ao Conselho Superior, no mês de abril de cada ano, o Plano Geral de Atuação (PGA) da Defensoria Pública, destinado a viabilizar a consecução de metas prioritárias nas diversas áreas de suas atribuições.

Neste ano, os trabalhos de elaboração do PGA 2019/2020 permanecem alinhados com o Planejamento Estratégico.

Dessa forma, a Administração Superior convida a todos os defensores e servidores a enviarem sugestões, não apenas para indicar prioridades, mas para juntos buscarmos o resultado desejado.

As sugestões para o PGA deverão prever: 1- PROJETO – indicar o título do projeto; 2- DESCRIÇÃO DO OBJETO – informar a motivação que resultou na sua indicação; 3- ESTRUTURA NECESSÁRIA – informar se haverá necessidade de pessoal ou estrutura física (equipamentos) para executar o projeto; 4- ORÇAMENTO – indicar se envolve recurso financeiro e se possível informar custo previsto, ou se será executado por meio de parcerias; 5- PRAZO – Informar o prazo estimado para executar o projeto.

**PARTICIPE: As manifestações deverão ser encaminhadas até o dia 31 de março de 2019** para o e-mail [comissaopga2019@defensoria.mg.def.br](mailto:comissaopga2019@defensoria.mg.def.br)

[Clique aqui para saber mais](#)

#### **DEFENSORIA-GERAL E CORREGEDORIA-GERAL Recomendação conjunta relativa à atuação junto à população carcerária**

Por meio do documento conjunto, publicado em 13/02/2019, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, e o corregedor-geral, Flávio Nelson Dabes Leão, emitem recomendações aos defensores públicos que atuam junto ao sistema prisional, considerando a gravidade da situação prisional no estado, como forma de garantir os direitos da população carcerária.

[Veja aqui a Recomendação Conjunta nº 01/2019](#)

## COMUNICADOS INTERNOS

### CORREGEDORIA-GERAL

#### **Instrução da Corregedoria-Geral dispõe sobre o plantão de atendimento dos defensores públicos**

Por meio da Instrução nº 02/2019 CGDPMG, de 11/03/2019, a Corregedoria-Geral expediu recomendações aos defensores públicos sobre o plantão de atendimento dos mesmos.

[Leia aqui a Instrução nº 02/2019 CGDPMG](#)

### ESDEP MG

#### **Esdep disponibiliza vídeo de apresentação do novo painel da Defensoria Pública no PJe**

No dia 22 de fevereiro, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) apresentou o painel da Defensoria Pública na nova versão do Processo Judicial Eletrônico (Pje).

A capacitação, que teve como objetivo demonstrar as mudanças que ocorrerão na interface e em funcionalidades do perfil da Defensoria (previsão de início em 09/03), facilitando assim a execução de atividades dos defensores públicos, foi realizada no auditório da sede I da DPMG, em Belo Horizonte.

A Esdep disponibilizou o vídeo da apresentação para os defensores públicos que atuam no interior e para aqueles que não puderam comparecer.

[Clique aqui para assistir](#)

### SPGSO INFORMA

#### **Informe de rendimentos referente a 2018**

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional (SGPSO) comunica que o Informe de Rendimentos para a Declaração do Imposto de Renda/2019 está disponível desde 28/02/2019, após às 12h.

*Fonte: SPGSO/DPMG (27/02/2019)*

### SRLI/DPA INFORMA

#### **• Alteração do cronograma de março/2019 – Rota 1 Requisição de Material de Consumo**

A Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado (DPA) informa que, devido ao feriado de carnaval, o prazo para as unidades localizadas na região Sul do Estado encaminharem as requisições de material de consumo foi estendido para até dia 11/03/2019 e a entrega ocorrerá até dia 22/03/2019.

A DPA ressalta que as demais rotas permanecem com os cronogramas inalterados.

#### **• Alteração de e-mail para contato**

A DPA informa que o contato via e-mail deve ser feito pelo endereço: [dpa@defensoria.mg.def.br](mailto:dpa@defensoria.mg.def.br).

Os endereços [patrimonio@defensoria.mg.def.br](mailto:patrimonio@defensoria.mg.def.br) e [almoxarifado@defensoria.mg.def.br](mailto:almoxarifado@defensoria.mg.def.br) foram desativados.

*Fonte: DPA/Ascom (22/02 e 08/03/2019)*



Considerando as diretrizes do Planejamento Estratégico, estamos colhendo propostas de capacitações a serem executadas pela Escola Superior da Defensoria Pública em 2019, tanto para membros, servidores e estagiários da Casa, quanto para a sociedade civil.

Envie suas **sugestões até 20 de março de 2019**.  
[escolasuperior@defensoria.mg.def.br](mailto:escolasuperior@defensoria.mg.def.br)

Participe! A ESDEP quer ouvir você!

